

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano LXXXIX • Nº 18

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 10 de fevereiro de 2012

# Mobilidade Urbana recebe contribuição da UFPE

## Documento será apresentado em abril e trará ideias de especialistas

A carta aberta que a Comissão de Mobilidade Urbana da Assembleia Legislativa apresentará à sociedade, no mês de abril, contará com propostas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Um acordo viabilizando a iniciativa foi firmado, ontem, entre o presidente do colegiado, deputado Sílvio Costa Filho (PTB); e o reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, durante encontro realizado na instituição de ensino.

Na ocasião, também foi definida a realização de uma audiência pública, no mês de março, com a presença de pesquisadores da universidade e estudantes. O objetivo é promover um debate técnico sobre os desafios da mobilidade urbana. Também participaram do encontro o deputado Júlio Cavalcanti (PTB), e a diretora de Avaliação e Planejamento Institucional da UFPE, Maria Leonor Maia.

“Entendemos que a comunidade acadêmica não pode ficar fora da discussão, nem da carta aberta contendo as propostas de entidades públicas e da sociedade civil”, comentou Sílvio Filho. O parlamentar salientou que o documento será um importante instrumento de consulta para gestores públicos e para a própria comunidade acadêmica, uma

vez que a publicação será distribuída entre as prefeituras, universidades e bibliotecas sediadas no Estado.

“A UFPE tem absoluto interesse em cooperar com os trabalhos da Comissão de Mobilidade Urbana da Alepe”, ressaltou Anísio Brasileiro, que possui extensa formação na área de engenharia de transportes e urbanismo. Ele informou que a universidade indicará pesquisadores para elaborar uma minuta sobre o pensamento da instituição e como enfrentar os problemas da mobilidade. A tese acadêmica de um docente da UFPE enfatiza políticas públicas eficazes para o setor, além da criação de um Instituto de Estudos Superiores para tratar os desafios da sociedade, inclusive em relação aos centros urbanos.

Maria Leonor Maia destacou que a contribuição da UFPE virá de diversos departamentos que podem oferecer conhecimento técnico sobre a questão, considerada multidisciplinar pelos acadêmicos. Para o deputado Júlio Cavalcanti, a carta aberta do colegiado, enriquecida com o conhecimento da universidade, é um mecanismo para “auxiliar os gestores municipais na elaboração de planos estratégicos voltados ao setor de transportes”.



ENCONTRO - Deputados Sílvio Costa Filho (E) e Júlio Cavalcanti (D) se reuniram com o reitor Anísio Brasileiro

## Oficina

Com a proximidade do período carnavalesco, as pessoas costumam se enfeitar para a folia fantasiadas ou com roupas coloridas. Na primeira atividade do ano, promovida ontem pela Gerência de Biblioteca da Assembleia Legislativa, os servidores da Casa tiveram a oportunidade de participar da Oficina Carnavalesca. Na ocasião, a artesã Maria José Fidelis ensinou técnicas de customização em camisetas com motivos carnavalescos. “É simples e barato. Utilizamos papel colante, ferro de passar na temperatura ideal e, por fim, alinhavamos. Como resultado, temos uma roupa criativa”, detalhou. Para a servidora da Casa Sandra Resende, lotada no gabinete do deputado Pedro Serafim Neto (PDT), participar das iniciativas da Biblioteca representa um momento de integração com os colegas de trabalho. As oficinas integram o Projeto Arte na Biblioteca, implantado há cinco anos.



RINALDO MARQUES

## Ato

## ATO Nº. 886/12

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 05/2012, do Deputado Gustavo Negromonte, **RESOLVE**: nomear **JOSÉ STÊNIO DA SILVA**, para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento) nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 9 de fevereiro de 2012.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Presidente

## Mensagem

## MENSAGEM Nº 002/2012

Recife, 9 de fevereiro de 2012.

Senhor Presidente,

Submeto, à apreciação dessa Casa, o Projeto de Lei anexo, que tem por objetivo promover ajustes na Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, que disciplina os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos municípios, com a finalidade de aperfeiçoar a sistemática de repartição do referido imposto neste Estado, relativamente ao Índice de Participação dos Municípios – IPM.

A medida consiste basicamente em manter, durante o exercício de 2012, os mesmos critérios de definição dos índices de participação utilizados nos anos de 2010 e 2011.

O presente Projeto de Lei é particularmente importante, pois os critérios que tinham sido definidos em virtude da Lei nº 13.931, de 3 de dezembro de 2009, geraram índices a serem aplicados a partir do exercício de 2012 com sérias distorções, impondo perdas de até 83% (oitenta e três por cento) a municípios pequenos. Essas perdas deixam de existir com a correção agora proposta.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 9 de fevereiro de 2012.**

**EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **GUILHERME UCHÔA**  
DD, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco  
NESTA

## Projeto de Lei Ordinária Nº 761/2012

**Ementa:** Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente a redefinições de critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, que dispõe sobre a distribuição, entre os municípios, da parcela do ICMS que lhes é destinada, passa a vigorar com as seguintes modificações:

\*Art. 2º A participação de cada município na receita do ICMS que lhe é destinada será determinada mediante a aplicação de um índice percentual correspondente à soma das seguintes parcelas:

II - 25% (vinte e cinco por cento), observando-se o seguinte:

d) nos exercícios de 2010 a 2012: (NR)

e) (REVOGADO)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 3º Fica revogada a alínea "e" do inciso II do art. 2º da Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 9 de fevereiro de 2012.**

**EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS**  
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª, 3ª Comissões.

## PODER LEGISLATIVO



**MESA DIRETORA:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Marcantônio Dourado; 2º Vice-Presidente, Deputado Edson Vieira; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 3º Secretário, Deputado Henrique Queiroz; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Assistente Legislativa** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Recursos Humanos** - Rodrigo Moreira Cordeiro; **Superintendente de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Modernização Institucional e Tecnológica** - Braulio José de Lira C. Torres; **Assistente de Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Assistente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Assistente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Assistente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Assistente Educacional** - Jurandir Bezerra Lins; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Assistente de Comunicação Social** - Paula Barbosa Imperiano; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editores** - Andréa Tavares; **Subeditora** - Margot Dourado; **Redatores** - Antônio Azevedo, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Cláudio Coutinho, João Bitá, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Felipe Marques, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Ana Emília, Carolina Moura, Dianely Sales, Ellen Cocino, **Chefe do Departamento de TV,** Antônio Magalhães; **Gerente de Produção de TV,** Natália Câmara; **Reportagem:** Ana Cláudia Braga, Felipe Marques, Mônica Alcântara, Mara Amorim; **Produção:** Anne Nunes, Solange Mendonça e Kiki Marinho; **Apresentação:** Mônica Alcântara, Mara Amorim. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso E-mail:** dcomunic@alepe.pe.gov.br.

**Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>**

## Atas de Comissões

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às dez horas do dia vinte e dois do mês de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, o Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Deputado Raimundo Pimentel, declarou aberta a Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Cidadania e Direitos Humanos, para tratar de assuntos referentes ao Projeto de Lei Ordinária nº584/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Altera o teor do art. 1º "caput" da Lei nº 13.748, de 15 de abril de 2009 com o acréscimo do §4º). Estavam presentes os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão e Waldemar Borges, membros titulares da comissão de constituição, Legislação e Justiça e os Deputados Aluísio Lessa, Diogo Moraes, Tony Gel e Vinícius Labanca, membros suplentes dessa comissão. Estavam também presentes, o Deputado Betinho Gomes, presidente da comissão de Cidadania e Direitos Humanos, o Sr. Ailton Alfredo de Souza, juiz do juizado do torcedor, a Drª Maria Helena da Fonte, representando o Procurador Geral de Justiça, Dr. Agnaldo Fenelon, O Sr. Leônidas Siqueira Filho, representando o secretário de defesa social, Wilson Sales Damázio e o Procurador Geral do Estado, os Sr. Tiago Arraes Norões, Sr. Richardson Silva, representando os órgãos operacionais da SDS, o Sr. Nelson Menezes, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, Sr. Roberto Pedrosa Monteiro, representando a OAB, Sr. Wanderson Lacerda, representante do Sport Club do Recife e o Sr. Evandro B. Carvalho, representante da Federação Pernambucana de Futebol. O Presidente, Raimundo Pimentel, declarou aberta a Audiência Pública e iniciou agradecendo a presença de todos. Em seguida passou a palavra ao Deputado Antônio Moraes que expôs seus argumentos para iniciativa da autoria do projeto. Falaram em seguida: o Deputado Betinho Gomes, Presidente da comissão de cidadania da ALEPE, que ressaltou a importância da audiência pública em questão e agradeceu a presença de todos, o Sr. Evandro Carvalho que se posicionou a favor da proposição, o Dr. Ailton Alfredo, a Drª Helena da Fonte, que também se posicionou a favor e o Sr. Richardson Silva, que declarou que a posição da SDS é contrária ao projeto em discussão. Em seguida falou o Deputado Sílvio Costa Filho, que fez suas considerações e apresentou de forma contrária ao projeto. O Presidente tomou a palavra para registrar a chegada do Deputado Manoel Santos. Falaram em seguida o Representante da OAB, o Sr. Roberto Pedrosa, os Deputados Daniel Coelho, Aluísio Lessa e Diogo Moraes e Vinícius Labanca, que se posicionaram a favor e a Deputada Teresa, também a favor desde que com algumas adequações projeto e ao Sr. Evandro Carvalho. Posteriormente falaram os Deputados Antônio Moraes, autor da proposição, Daniel Coelho, Teresa Leitão e o Sr. Richardson, representante da SDS. O presidente, Raimundo Pimentel, passou a presidência para o Deputado Betinho Gomes, que registrou a chegada do Deputado Pastor Cleiton Colins, e se pronunciou declarando que ainda não tem uma opinião definida a respeito do assunto, em seguida devolveu a presidência da audiência para o Deputado Raimundo Pimentel. Posteriormente falaram: o Deputado Sílvio Costa Filho, o Sr. Evandro Carvalho, os Deputados Antônio Moraes, Daniel Coelho, Betinho Gomes, Teresa Leitão, Sílvio Costa Filho e o Pastor Cleiton Colins que se posicionou contrário à aprovação do projeto. O presidente registrou a chegada dos deputados Rodrigo Novaes e Edson Vieira. Por último falou o Dr. Ailton Alfredo, que agradeceu o convite e enfatizou a importância da discussão acerca do tema. O Presidente agradeceu a todos os presentes e deu como encerrada a Audiência. Do que, para constar, Eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO  
RAIMUNDO PIMENTEL  
PRESIDENTE  
DA CCLJ

DEPUTADO  
BETINHO GOMES  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA  
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES  
DEPUTADO BETINHO GOMES  
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO  
DEPUTADO WALDEMAR BORGES  
DEPUTADA TERESA LEITÃO  
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA  
DEPUTADO TONY GEL

## ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às nove horas do dia um do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho e Waldemar Borges membros titulares, e os Deputados Tony Gel e Vinícius Labanca membros suplentes. O Presidente deu início à discussão das seguintes proposições: Substitutivo nº 01/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Oferece nova redação ao Projeto de Lei Complementar nº 680/2011, que reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica), ao Projeto de Lei Complementar nº 680/2011, de mesma autoria (Ementa: Reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica), em regime de urgência, relatoria, por dependência, Deputada Teresa Leitão, na ausência foi designado para relatar o Deputado Waldemar Borges, que o aprovou à unanimidade; Substitutivo nº 01/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Oferece nova redação ao Projeto de Lei Complementar nº 683/2011, que reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica), ao Projeto de Lei Complementar nº 683/2011, de autoria de mesma autoria (Ementa: Reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica), em regime de urgência, relatoria, por dependência, Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), relatoria, relatoria, relatoria Deputado Raimundo Pimentel, O presidente transferiu a Presidência para o Deputado Ângelo Ferreira a fim de relatar o projeto, e o aprovou à unanimidade; Emenda Modificativa nº 01/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 681/2011), ao Projeto de Lei Complementar nº 681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), Relator, por dependência, Deputado Raimundo Pimentel, foi aprovado à unanimidade; Emenda Modificativa nº 02/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Altera a redação do artigo 19 do Projeto de Lei Complementar nº 681/2011), ao Projeto de Lei Complementar nº 681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), relatoria, relatoria, relatoria Deputado Raimundo Pimentel, foi aprovado à unanimidade; Emenda Modificativa nº 03/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Altera a redação do artigo 20 do Projeto de Lei Complementar nº 681/2011), ao Projeto de Lei Complementar nº 681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), relatoria, relatoria, relatoria Deputado Raimundo Pimentel, foi aprovado à unanimidade; Emenda Aditiva nº 05/2011, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Acrescenta no artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 681/2011), ao Projeto de Lei Complementar nº 681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), relatoria, relatoria, relatoria Deputado Raimundo Pimentel, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 704/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Redefine a carreira e corrige o vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências correlatas), em regime de urgência, relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado por maioria, com votos contrários dos Deputados Daniel Coelho e Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 667/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Projeto Agente Protegido, no âmbito do Estado de Pernambuco, sob a coordenação da Secretaria de Saúde), em regime de urgência, relatoria do Deputado Vinícius Labanca, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 701/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2011), em regime de urgência, relatoria do Deputado Vinícius Labanca, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 702/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2011.), em regime de urgência, relatoria da Deputada Teresa Leitão, na ausência, foi designado para relatar o Deputado Vinícius Labanca, que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Supressiva nº 01/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Altera o Artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 679/2011), ao Projeto de Lei Complementar nº 679/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal.), relator, por dependência, Deputado Diogo Moraes, foi retirada de pauta; Emenda Modificativa nº 02/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Modifica o capítulo XI do Art. 6º do Projeto de Lei Complementar nº 679/2011), ao Projeto de Lei Complementar nº 679/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal).

peçoal.),relator, por dependência, Deputado Diogo Moraes, foi retirada de pauta;Emenda Modificativa nº 03/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Modifica o Art. 14º do Projeto de Lei Complementar nº 679/2011), ao Projeto de Lei Complementar nº 679/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal.),relator, por dependência, Deputado Diogo Moraes, foi retirada de pauta;Emenda Substitutiva nº 05/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Altera o Art. 13 do Projeto de Lei Complementar nº 679/2011) ao Projeto de Lei Complementar nº 679/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal.),relator, por dependência, Deputado Diogo Moraes, foi retirada de pauta;Emenda Modificativa nº 06/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Modifica o Art. 21 do Projeto de Lei Complementar nº 679/2011) ao Projeto de Lei Complementar nº 679/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal.),relator, por dependência, Deputado Diogo Moraes, foi designado para relatar o Deputado Vinícius Labanca, que o aprovou à unanimidade dos Deputados.Em seguida passou à discussão das seguintes proposições contidas na extra-pauta: Emenda Supressiva nº01/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Altera o código 1.2 do Anexo Único do Projeto de Lei Ordinária nº 629/2011) ao Projeto de Lei Ordinária nº629/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 12.137, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre as hipóteses de incidência e valores da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos – TFUSP, de competência da Polícia Civil e da Polícia Científica),relatoria, por dependência,Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade;Subemenda nº01/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Emenda Modificativa nº 01/2011 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2011) à emenda Modificativa nº 01/2011(Ementa: Modifica o Projeto de Lei Ordinária nº 649/2011), de mesma autoria, ao Projeto de Lei Ordinária nº649/2011, também de sua autoria (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2011, e dá outras providências) relatoria,por dependência, Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Emenda Modificativa nº 01/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos (Ementa: Modifica o texto do Projeto de Lei Ordinária nº 676/2011, na parte que se refere ao acréscimo do § 4º, no artigo 4º, da Lei nº 14.249/2010) ao Projeto de Lei Ordinária nº676/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências), relatoria,por dependência, Deputado Diogo Moraes, foi designado para relatar o Deputado Ângelo Ferreira, que o aprovou à unanimidade;Emenda Aditiva nº02/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos (Ementa: Inclui, no Projeto de Lei Ordinária nº 676/2011, incisos ao § 4º, acrescentado ao artigo 4º, da Lei nº 14.249/2010) ao Projeto de Lei Ordinária nº676/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências),relatoria,por dependência, Deputado Diogo Moraes,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Ângelo Ferreira, que o aprovou à unanimidade;Emenda Aditiva nº01/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Acresce de um artigo e seu parágrafo único ao Projeto de Lei Ordinária nº 702/2011) ao Projeto de Lei Ordinária nº702/2011, de mesma autoria (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2011),relatoria por dependência,Deputada Teresa Leitão,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Vinícius Labanca, que o aprovou à unanimidade;Emenda Aditiva nº02/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Ficam acrescidos artigos e Anexos ao Projeto de Lei Ordinária nº 673/2011), ao Projeto de Lei Ordinária nº673/2011,de mesma autoria (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica),relatoria por dependência, Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Emenda Modificativa nº07/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Modifica o parágrafo 3º do Art. 23 do Projeto de Lei Complementar nº 679/2011) ao Projeto de Lei Complementar nº679/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal.),relatoria, por dependência, Deputado Diogo Moraes , foi retirada de pauta;Emenda Aditiva nº 06/2011, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Acrescenta ao art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 681/2011) ao Projeto de Lei Ordinária nº681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal.), em regime de urgência,relator, por dependência, Deputado Raimundo Pimentel, foi aprovado à unanimidade;Emenda Modificativa nº 07/25011, de autoria do Deputado Ângelo Ferreira (Ementa: Altera a Redação do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 681/2011), ao Projeto de Lei Ordinária nº681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal.), em regime de urgência,relator, por dependência, Deputado Raimundo Pimentel, foi aprovado à unanimidade;Emenda Modificativa nº 01/2011de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Altera o caput do art.19, § 2º do Projeto de Lei 684/2011de Autoria do Poder Executivo) ao Projeto de Lei Complementar nº684/2011, de autoria do Poder Executivo (ementa: Institui, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), relatoria por dependência, Deputado Ricardo Costa, foi retirada de pauta;Emenda Modificativa nº 02/2011de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Modifica art. 28, Art. 29, Anexo I e acrescenta o art. 30 ao Projeto de Lei Complementar nº 684/2011 de autoria do Poder Executivo) ao Projeto de Lei Complementar nº684/2011, de autoria do Poder Executivo (ementa: Institui, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal),relatoria,por dependência, Deputado Ricardo Costa,na ausência, assumiu a relatoria o Deputado Raimundo Pimentel,que o aprovou à unanimidade dos deputados.Por fim, deu por encerrada a reunião, e marcou a próxima para o dia seis de dezembro do corrente ano às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL  
**PRESIDENTE**

**TITULARES:**  
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA  
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES  
DEPUTADO DANIEL COELHO  
DEPUTADO RICARDO COSTA  
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO  
DEPUTADA TERESA LEITÃO  
DEPUTADO WALDEMAR BORGES  
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA  
DEPUTADO TONY GEL

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2011.

Às dez horas do dia quatro do mês de outubro do ano de dois mil e onze, no Auditório, localizado no 6º andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, o Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Deputado Raimundo Pimentel ,declarou aberta a Audiência Pública para discussão de assuntos referentes o Projeto de Lei Complementar nº 495/2011, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Reorganiza os serviços de notas e de registro do Estado de Pernambuco). Estavam presentes os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Sílvio Costa Filho e Teresa Leitão, membros titulares da comissão de constituição,Legislação e Justiça e o Deputado Tony Gel e membro suplente desta comissão.Estavam também presentes, Dr. Fabio Eugênio de Oliveira Lima,representante do Tribunal de Justiça,Paulo Geraldo Nunes,presidente da ARPEN/PE,Luiz Geraldo Correia,presidente da ANOREG/PE,Eva Tenório de Brito,presidente da SINOREG/PE, Israel Guerra,representando a associação dos cartórios,além de diversos representantes de cartórios do interior, do Recife e zona metropolitana.O presidente declarou aberta a audiência pública,agradeceu a presença de todos e chamou à mesa as autoridades presentes.Passou a palavra ao Dr.Fábio Eugênio que expôs os motivos para a autoria do projeto.Falaram também os Deputados Antônio Moraes, que leu as considerações enviadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, Sílvio Costa Filho, Waldemar Borges e o Sr.Israel Guerra, que sugeriu a elaboração de duas emendas para adequação do projeto.O presidente Raimundo Pimentel ,passou a presidência temporariamente ao Deputado Ângelo Ferreira.Em seguida a posse da palavra foi passada para Dr. Fábio Eugênio, que em resposta a algumas questões levantadas, afirmou que o projeto é resultado da resolução de número duzentos e doze do Tribunal de Justiça, declarando portanto tratar-se de uma decisão colegiada;alegou também a possibilidade da intervenção do Tribunal de Justiça nesse âmbito e questionou as emendas sugeridas.A Presidência da audiência foi devolvida ao Deputado Raimundo Pimentel.Falou em seguida o Deputado Carlos Santana.Foi aberto um espaço para as considerações do público presente,um bloco de perguntas e respostas direcionadas ao Dr. Fábio,esse concluído, seguiram com a palavra os Srs.: Paulo Nunes, Sérgio Paulo,Luiz Geraldo,Israel Guerra e por último Dr. Fábio. O Presidente agradeceu a todos os presentes e deu como encerrada a Audiência.Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL  
**PRESIDENTE DA CCLJ**

**TITULARES:**  
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA  
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES  
DEPUTADO DANIEL COELHO  
DEPUTADO RICARDO COSTA  
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO  
DEPUTADA TERESA LEITÃO

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do artigo 118, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco, os deputados, Adalberto Cavalcanti (PHS), Botafogo Filho (PDT), Manoel Santos (PT) e Odacy Amorim (PT), membros titulares, bem como Ângelo Ferreira (PSB), Carlos Santana (PSDB), Eriberto Medeiros (PTC), Everaldo Cabral (PTB) e Rodrigo Novaes (PSD), para se fazerem presentes na Audiência Pública que este Colegiado Técnico realizará no dia 14 de fevereiro de 2012, no Centro Cultural de Venturosa, sito à Rua Ten. Wandecok Wanderley, s/n, Venturosa – PE, às nove horas, na qual estaremos discutindo a proibição da comercialização de suínos nas feiras livres.

Recife, 09 de fevereiro de 2012.

Dep. Claudiano Martins Filho.  
Presidente

**SUPLENTE:**  
DEPUTADO WALDEMAR BORGES  
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA  
DEPUTADO BETINHO GOMES  
DEPUTADO TONY GEL

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às nove horas do dia treze do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel , reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes,Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho e Waldemar Borges membros titulares, e os Deputados Aluísio Lessa e Tony Gel membros suplentes.O Presidente deu início à distribuição do seguinte projeto: Projeto de Resolução nº 706/2011, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008), foi Distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel. Em seguida passou à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 320/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Dispõe sobre a proibição da locação, prestação de serviços, contratos de mútuo e comodato e cessão de cães para fins de guarda no Estado de Pernambuco e dá outras providências),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 351/2011, de autoria do Deputado Carlos Santana (Ementa: Dispõe sobre a reserva de vaga, em estágio, para pessoa portadora de deficiência, em órgão da administração pública direta e indireta do estado de Pernambuco),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 382/2011, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Altera a Lei nº 12.808 de 10.05.2005),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 393/2011, de autoria do Deputado Júlio Cavalcanti (Ementa: Dispõe sobre a proibição de uso de caneta laser e outros objetos similares em Arenas Desportivas), relatoria do Deputado Waldemar Borges, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 396/2011, de autoria do Deputado Luciano Siqueira (Ementa: Proibe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede privada no Estado, nas hipóteses que especifica), relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi retirado de pauta ;Projeto de Lei Ordinária nº 400/2011, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Estabelece critérios para a realização de exames de capacitação física e psicológicos nos concursos públicos promovidos pelo Estado de Pernambuco e seus Municípios),relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi retirado de pauta ;Projeto de Lei Ordinária nº 517/2011, de autoria de Vinícius Labanca (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de criação de dependência exclusiva para fraldário nos parques e praças do Estado de Pernambuco e dá outras providências),relatoria do Deputado Daniel Coelho, foi aprovado à unanimidade;Substitutivo nº 01/2011, de autoria do Deputado Vinícius Labanca (Ementa: Substitui integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 517/2011, que estabelece a obrigatoriedade de criação de dependência exclusiva para fraldário nos parques e praças do Estado de Pernambuco e dá outras providências), ao Projeto de Lei Ordinária nº 517/2011, de autoria de Vinícius Labanca (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de criação de dependência exclusiva para fraldário nos parques e praças do Estado de Pernambuco e dá outras providências),relatoria, por dependência, Deputado Daniel Coelho, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 534/2011, de autoria do Deputado Daniel Coelho (Ementa: Determina a proibição do funcionamento de empreendimentos que lidem com o tratamento, triagem ou destinação de resíduos sólidos em áreas de Refúgio da Vida Silvestre (RVS), Reserva de Floresta Urbana (FURB) e Parques Estaduais no Estado de Pernambuco, e dá outras providências),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 541/2011, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira (Ementa: Declara de Utilidade Pública o Conselho de Moradores de Caetés II),relatoria do Deputado Daniel Coelho, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 592/2011, de autoria do Deputado Vinícius Labanca (Ementa: Dispõe sobre a criação do selo Amigo do Esporte e sua conferência às empresas privadas do Estado de Pernambuco que contribuírem com projetos sociais na área esportiva e dá outras providências), relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Tony Gel, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 593/2011, de autoria do Deputado Vinícius Labanca (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de bandas pernambucanas para abertura ou participação de eventos musicais de médio e grande porte realizados no Estado de Pernambuco e dá outras providências),relatoria do Deputado Tony Gel, foi retirado de pauta ;Projeto de Lei Ordinária nº 606/2011, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Determina as Empresas que explorem o transporte de passageiros INTERMUNICIPAL ou INTERESTADUAL – numa distância entre o Município de origem e o Município de destino final – igual ou superior a 100 km. passem a disponibilizar sanitários para os passageiros),relatoria do Deputado Ricardo Costa, foi retirado de pauta ;Projeto de Lei Ordinária nº 615/2011, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública estadual e dá outras providências), relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi retirado de pauta ;Projeto de Lei Ordinária nº 617/2011, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara de Utilidade Pública a Federação Pernambucana de Cineclubes- FEPEC),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 626/2011, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio a Projetos Especiais – CEAPES),relatoria do Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 635/2011, de autoria do Deputado Vinícius Labanca (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de criação de um Espaço Família nos mercados, supermercados, hipermercados, shoppings center’s e demais estabelecimentos e dá outras providências),relatoria do Deputado Daniel Coelho, foi retirado de pauta ;Projeto de Lei Ordinária nº 636/2011, de autoria do Deputado Vinícius Labanca (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor sobre o preço individual ou coletivo e composição do couvert oferecida pelos restaurantes, lanchonetes, bares e similares, no Estado de Pernambuco e dá outras providências), relatoria do Deputado Aluísio Lessa, foi retirado de pauta.Seguiu para a extra-pauta, para distribuição do Ofício nº616/2011-GG/PE, emitido pelo Exmo.Sr.Governador do Estado, Eduardo Henrique de Accioly Campos.(Assunto: Solicitação de Afastamento do Estado pelo período superior a quinze dias, compreendido entre 11 e 27 de dezembro de 2011), foi distribuído ao Deputado Waldemar Borges.Logo após discuti as seguintes proosições:Subemenda nº01/2011, de autoria do Poder Executivo, (ementa: Modifica o substitutivo nº1 ao Projeto de Lei Ordinária nº693/2011),ao Substitutivo nº01/2011, de autoria desta Comissão de Constituição,Legislação e Justiça (Ementa:: Institui a nova política de incentivo aos atletas, denominada Bolsa-Atleta, no âmbito do Estado de Pernambuco), ao Projeto de Lei Ordinária nº693/2011, de autoria do Poder Executivo, em regime de urgência (ementa: Institui a nova política de incentivo aos atletas, denominada Bolsa-Atleta, no âmbito do Estado de Pernambuco), relatoria ,por dependência, Deputado Sílvio Costa Filho,na ausência,foi designado para relatar o Deputado Aluísio Lessa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Ofício nº616/2011-GG/PE, emitido pelo Exmo.Sr.Governador do Estado, Eduardo Henrique de Accioly Campos.(Assunto: Solicitação de Afastamento do Estado pelo período superior a quinze dias, compreendido entre 11 e 27 de dezembro de 2011), relatoria do Deputado Waldemar Borges, foi aprovado à unanimidade.Por fim, deu por encerrada a reunião, e marcou a próxima para o dia vinte de dezembro do corrente ano às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL  
**PRESIDENTE**

**TITULARES:**  
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA  
DEPUTADO DANIEL COELHO  
DEPUTADO RICARDO COSTA  
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO  
DEPUTADO WALDEMAR BORGES  
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA  
DEPUTADO SÉRGIO LEITE  
DEPUTADO TONY GEL

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de novembro do ano de dois mil e onze, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Raimundo Pimentel, reuniram-se os Deputados Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Daniel Coelho, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão e Waldemar Borges, membros titulares, e os Deputados Diogo Moraes, Tony Gel e Vinícius Labanca, membros suplentes.O Presidente deu início à distribuição das seguintes

proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 646/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.387, de 26 de dezembro de 2007, que institui a sistemática de tributação do ICMS relativa ao Polo de Poliéster), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº 647/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 12.190, de 23 de abril de 2002, que altera a alíquota do ICMS relativa às operações com veículos automotores, e a Lei nº 12.334, de 23 de janeiro de 2003, que altera a alíquota do ICMS relativa às operações com veículos novos motorizados, tipo motocicleta, classificados na posição 8711 da NBM/SH), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 648/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Concede crédito presumido do ICMS na saída interestadual de mercadoria promovida por estabelecimento atacadista de suprimentos para informática), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 649/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2011, e dá outras providências),em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ; Projeto de Lei Ordinária nº650/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.754, de 24 de abril de 2009, e alteração, que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, a área que indica), em regime de urgência , foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº651/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, e alterações, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário no Estado de Pernambuco),em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº652/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a renovar a cessão do direito de uso do imóvel que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes.Passou então à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 609/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Concede às pessoas com deficiência gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, e dá outras providências),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira, foi retirado de pauta ; Projeto de Lei Ordinária nº 619/2011, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Homologa a linha divisória entre os municípios de Panelas e Cupira e dá outras providências),relatoria do Deputado Ângelo Ferreira,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Diogo Moraes, que o aprovou à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 620/2011, de autoria do Deputado José Humberto Calvalcanti (Ementa: Denomina o trecho da PE-088, situada entre os municípios de Passira, Salgadinho e João Alfredo, Rodovia Eloy Pires de Andrade Lima e dá outras providências),relatoria do Deputado Sílvio Costa Filho, foi aprovado à unanimidade;Projeto de Lei Ordinária nº 625/2011, de autoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ementa: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão no âmbito da estrutura organizatório-funcional do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e dá outras providências),relatoria do Deputado Waldemar Borges,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Ricardo Costa, que o aprovou à unanimidade dos Deputados;Projeto de Lei Ordinária nº 634/2011, de autoria do Deputado Manoel Santos (Ementa: Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco, a Festa de Reis, no município de São Bento do Una),relatoria do Deputado Daniel Coelho, foi aprovado à unanimidade;Emenda Modificativa nº 01/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica e acrescenta dispositivos ao Projeto de Lei Ordinária nº 591/2011) ao Projeto de Lei Ordinária nº 591/2011, de mesma autoria (Ementa: Insitui o Projeto Operação da “Lei Seca”, e dá outras providências),relatoria, por dependência, Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade; Substitutivo nº 1/2011, de autoria da Comissão de Administração Pública (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Complementar nº 495/2011) ao projeto de Lei Complementar nº 495/2011, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Reorganiza os serviços de notas e de registro do Estado de Pernambuco),relatoria,por dependência, Deputado Ricardo Costa, foi aprovado à unanimidade ; Substitutivo nº 2/2011, de autoria da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (Ementa: Altera a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 376/2011 ), ao Projeto de Lei Ordinária nº 376/2011, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Obriga o funcionário da Secretaria Estadual de Saúde informar aos juizados e delegacias especializadas ocorrências envolvendo criança, adolescente ou idoso, com indício de maus tratos, e dá outras providências.),relatoria, por dependência, Deputado Antônio Moraes, foi aprovado à unanimidade; Subemenda Supressiva nº 01/2011, de autoria do Deputado Ricardo Costa ao Substitutivo nº 01/2011, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Subemenda Supressiva nº 01/2011 ao Substitutivo nº 01/2011 ao Projeto de Lei Ordinária nº 73/2011),relatoria,por dependência, Deputado Waldemar Borges,na ausência, foi designado para relatar o Deputado Antônio Moraes, que o aprovou à unanimidade dos Deputados.Por fim, passou aos projetos contidos na extra-pauta: Projeto de Lei Complementar nº 678/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC, vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos - SRHE, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Complementar nº 679/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes ; Projeto de Lei Complementar nº 680/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho; Projeto de Lei Complementar nº 681/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO, vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARAA, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel;Projeto de Lei Complementar nº 682/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária – APEVISA, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde - SES, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel ;Projeto de Lei Complementar nº 683/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Reajusta o vencimento base dos cargos públicos que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca; Projeto de Lei Complementar nº 684/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV, para os servidores públicos integrantes do seu quadro próprio de pessoal), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ; Projeto de Lei Complementar nº 685/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 141, de 3 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ; Projeto de Lei Complementar nº 686/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 118, de 26 de junho de 2008, e alterações, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Complementar nº 687/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera as estruturas de remuneração e de carreira dos cargos públicos que indica), foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes ;Projeto de Lei Complementar nº 688/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Reajusta o vencimento base do cargo público que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Lei Complementar nº 689/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a data e índice de reajuste dos proventos de aposentadoria e pensões do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca;Projeto de Lei Complementar nº 704/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Redefine a carreira e corrige o vencimento base do cargo público que indica, e determina outras providências correlatas), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº653/2011, de autoria do Deputado Tony Gel (Ementa: Dispõe sobre a realização do “Teste de Oximetria de Pulso” em recém-nascidos nas maternidades e estabelecimentos congêneres do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº654/2011, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Estabelece critérios para exigência de material escolar por estabelecimentos de ensino da rede privada), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho;Projeto de Lei Ordinária nº655/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza supressão de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica),em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ;Projeto de Lei Ordinária nº656/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 12.136, de 19 de dezembro de 2001, e alteração, que dispõe sobre a tributação do ICMS relativamente a operações realizadas por empresa de construção civil), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca ;Projeto de Lei Ordinária nº657/2011, de autoria do Tribunal de Contas (Ementa: Altera a Lei Estadual nº 12.594, de 3 de junho de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, suas Unidades Administrativas, seus respectivos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas, e estabelece normas para disciplinar os atos normativos que menciona), foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel ;Projeto de Lei Ordinária nº658/2011, de autoria do Tribunal de Contas (Ementa: Altera a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004), foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel ;Projeto de Lei Ordinária nº659/2011, de autoria do Tribunal de Contas;Ementa: Altera a Lei nº 12.595, de 4 de junho de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Evolução Funcional dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo e de Apoio ao Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e dá outras providências), foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº660/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº661/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Introduz modificações na Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE),em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho ;Projeto de Lei Ordinária nº662/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria os cargos de provimento em comissão que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca;Projeto de Lei Ordinária nº663/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Concede o abono, de natureza indenizatória, destinado à aquisição de computadores e acessórios, no âmbito da Secretaria de Educação, de que trata a Lei nº 13.686, de 11 de dezembro de 2008, aos casos que especifica), em regime de urgência , foi Distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Lei Ordinária nº664/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui, no âmbito das unidades públicas de ensino do Estado de Pernambuco, o Programa Aluno Conectado), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa;Projeto de Lei Ordinária nº665/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Projeto GANHE O MUNDO, que visa ofertar programas de intercâmbio internacional aos alunos do ensino médio da rede pública estadual, define critérios para seleção dos estudantes nos programas e cria a bolsa-intercâmbio), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº666/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente a redefinições de critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ;Projeto de Lei Ordinária nº667/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Projeto Agente Protegido, no âmbito do Estado de Pernambuco, sob a coordenação da Secretaria de Saúde.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca ;Projeto de Lei Ordinária nº669/2011, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Torna de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Criadores de Caprinos – ABCC), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho;Projeto de Lei Ordinária nº670/2011, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa:Estabelece normas para o funcionamento dos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais situados em Pernambuco), foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho;Projeto de Lei Ordinária nº671/2011, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa:Proíbe a cobrança de juros compensatórios antes da entrega das chaves nos contratos de promessa de compra e venda de imóveis celebrados no Estado de Pernambuco),foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho ;Projeto de Lei Ordinária nº 673/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 674/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a redação dos arts. 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.297, 26 de dezembro de 1995, que criou o Fundo Estadual de Assistência Social –FEAS), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 675/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria o Projeto Boa Visão e estabelece as atribuições das Secretarias de Saúde e de Educação e do LAFEPE no âmbito do Projeto), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Raimundo Pimentel ;Projeto de Lei Ordinária nº 676/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes;Projeto de Lei Ordinária nº 677/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 13.486, de 1º de julho de

2008, que instituiu o Bônus de Desempenho Educacional – BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa;Projeto de Lei Ordinária nº 690/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui o Programa de Fomento à Educação Infantil de Pernambuco), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 691/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre o Programa Casa das Juventudes), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Diogo Moraes ;Projeto de Lei Ordinária nº 692/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca;Projeto de Lei Ordinária nº 693/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a nova política de incentivo aos atletas, denominada Bolsa-Atleta, no âmbito do Estado de Pernambuco.), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 694/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 13.702, de 18 de dezembro de 2008, que altera a composição do Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa ;Projeto de Lei Ordinária nº 695/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas que indica, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 696/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe acerca da interpretação e do âmbito de aplicação de isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS no fornecimento de energia elétrica à Administração Pública Estadual), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa Projeto de Lei Ordinária nº 697/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Estabelece isenção de custas, taxas e emolumentos referentes ao negócio jurídico imobiliário que especifica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca;Projeto de Lei Ordinária nº 698/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera e corrige a redação do Memorial Descritivo constante no Anexo Único da Lei nº 12.966, de 26 de dezembro de 2005), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Ricardo Costa ;Projeto de Lei Ordinária nº 699/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.466, de 7 de novembro de 2011, que autorizou o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, área de terra que indica), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Daniel Coelho;Projeto de Lei Ordinária nº 700/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a criação do Programa de Financiamento do Setor Automotivo – PROFISA e do Fundo de Financiamento do Setor Automotivo – FISA), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Sílvio Costa Filho;Projeto de Lei Ordinária nº 701/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2011), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Vinícius Labanca;Projeto de Lei Ordinária nº 702/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2011),em regime de urgência, foi distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 703/2011, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 14.046, de 30 de abril de 2010, e dá outras providências), em regime de urgência, foi distribuído ao Deputado Aluísio Lessa.Por fim, deu por encerrada a reunião, e marcou a próxima extraordinariamente para o dia vinte e quatro de novembro do corrente ano às nove horas da manhã. Do que, para constar, eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, Procurador e Assessor Jurídico desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### DEPUTADO RAIMUNDO PIMENTEL PRESIDENTE

##### TITULARES:

DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA  
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES  
DEPUTADO RICARDO COSTA  
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO  
DEPUTADA TERESA LEITÃO  
SUPLENTES:  
DEPUTADO WALDEMAR BORGES  
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA  
DEPUTADO TONY GEL

## Portarias

## PORTARIA Nº 444/2012

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, **RESOLVE:** Fixar em 50 (cinquenta) o quantitativo de servidores responsáveis por suprimento individual da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2012.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Em, 09 de fevereiro de 2012.

Deputado **João Fernando Coutinho**  
Primeiro Secretário

## PORTARIA Nº 445/12

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido nos Ofícios nºs 03 e 04/2012, do Deputado Gustavo Negromonte, **RESOLVE:** alterar a gratificação de Representação dos servidores, conforme relação abaixo, a partir de 1º de março do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03 e 13.185/07.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
<b>TACIANA COUTINHO BRAVO</b>	Assessor Especial /PL-ASC	112%	120%
<b>ANGELA MARIA DE MOURA FURTADO MENEZES</b>	Assessor Especial /PL-ASC	117,87%	90%
<b>ANTÔNIO FRANCISCO DE MORAES GUERRA FILHO</b>	Assessor Especial /PL-ASC	117,87%	90%
<b>FLAÚCIO MARCOLINO GUIMARÃES</b>	Assessor Especial /PL-ASC	85%	74,30%
<b>ANDRÉ CARLOS DA SILVA</b>	Assistente Parlamentar /PL-APC	107%	120%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Em, 09 de fevereiro de 2012.

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**  
Primeiro Secretário

## PORTARIA Nº 446/12

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e por decisão da Mesa Diretora,

**RESOLVE:** determinar que o expediente, neste Poder Legislativo, nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro do corrente ano, seja considerado ponto facultativo.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Em, 09 de fevereiro de 2012.

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**  
Primeiro Secretário

## PORTARIA N.º 447/12

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Art.2º da Lei nº 11.424, de 07/01/97 e nos termos do Ato 210/ 95, do Presidente deste Poder,

**RESOLVE:** designar para compor a Comissão Permanente de Licitação, **DANIELLE SILVA GUEIROS - Presidente**, em substituição a **BRUNO DE OLIVEIRA**, retroagindo ao dia 04 de fevereiro do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.641/99.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Em, 09 de fevereiro de 2012.

Deputado **JOÃO FERNANDO COUTINHO**  
Primeiro Secretário